

ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026.
ABERTURA EM 13/04/2026, ÀS 13h40min.

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, sociedade empresária, com matriz estabelecida na Av. das Américas, nº 4200, Blc. 3, Sal. 101, 201, 301, 401, 501, 601 e 701, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.820.448/0001-36, e suas filiais, doravante denominada “WHITE MARTINS”, vem, tempestivamente, por seu representante legal abaixo assinado, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e no item 4 do instrumento convocatório, apresentar:

IMPUGNAÇÃO

ao **edital do pregão em referência**, pelas razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas, tendo em vista os vícios verificados no edital, que se não sanados poderão contaminar os atos sucessivos e, conseqüentemente, o processo poderá ter sua nulidade decretada até mesmo perante o Judiciário.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente, observa-se a tempestividade da presente impugnação, seja diante do teor do art. 164 da Lei nº 14.133/2021¹, seja frente ao que dispõe o item 4.1 do edital, abaixo transcrito:

4.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, mediante documento formalizado e apresentado exclusivamente por meio do sistema provedor no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

¹ Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar **esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Desse modo, denota-se que a presente peça é tempestiva, inexistindo óbice para conhecimento e análise quanto ao mérito, com ulterior acolhimento da inconformidade pelas razões a seguir declinadas.

II – MOTIVOS QUE ENSEJARAM A INTERPOSIÇÃO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO:

A WHITE MARTINS teve conhecimento da abertura do processo licitatório em referência, que tem como objeto o “REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO, REABASTECIMENTO E FORNECIMENTO DE CILINDROS (CASCOS) DE OXIGÊNIO MEDICINAL E MISTURA DE CO₂ COM ARGÔNIO” e, na condição de interessada em participar da disputa para o atendimento deste objeto, analisou os termos do Edital.

Ocorre que, após minuciosa leitura, foi identificada a necessidade de que determinadas previsões sejam revistas, notada e precisamente para fins de estrita observância à legislação vigente e jurisprudência, bem como atendimento ao interesse público, como segue:

II(A) – DA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DOS CILINDROS DOS ITENS 03 E 04:

Conforme se verifica da análise do objeto do certame, modo especial – no que aqui interessa –, restam assim especificados os Itens 03 e 04, senão vejamos:

03	Casco de Cilindros de aço sem emendas para	UND	75	R\$ 2.585,20	R\$ 193.890,00
	gases de alta pressão com capacidade para 6 m ³				
04	Casco de Cilindros de aço sem emendas para	UND	75	R\$ 1.481,67	R\$ 111.125,25
	gases de alta pressão com capacidade para 3 m ³				

Nesse sentido, veja-se que, dentre tais especificações, constam exigências que acabam por restringir o caráter competitivo do certame, notada e precisamente no que tange à capacidade dos cilindros dos Itens 03 e 04 destacados acima, fixado em exatos 6m³ e 3m³, respectivamente.

É que, no ponto, em se tratando de cilindros para acondicionamento de gases, há uma certa variação entre os diversos modelos/marcas no mercado, de forma que essa Administração, ao exigir a faixa de capacidade indicada supra, acaba por direcionar o resultado da licitação para fornecedor ou fornecedores específicos, restringindo o caráter competitivo da licitação ou até mesmo inviabilizando qualquer participação, ainda que não seja sua intenção.

Dessa forma, e em não havendo impedimento técnico, resulta impositiva a ampliação da faixa de capacidade dos cilindros dos referidos Itens, fins de autorizar

o fornecimento em recipientes "de 6 à 10m³" para o Item 03 e "de 3 à 4m³" para o Item 04.

Ora, o objetivo da licitação não é eliminar os interessados em participar do certame, impondo empecilhos à sua participação, e sim escolher aquele que apresentar a melhor proposta técnica e financeira, sendo conveniente lembrar que a inclusão de previsões restritivas em editais de licitações públicas é repudiada pela Constituição Federal, que assim prevê:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

Da mesma forma, o art. 9º da Lei nº 14.133/2021 dispõe:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

De rigor, assim seja procedida à ampliação da faixa de capacidade dos cilindros para "de 6 à 10m³" para o Item 03 e "de 3 à 4m³" quanto ao Item 04.

II(B) – DA EXIGÊNCIA INCOMPATÍVEL COM AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS PARA O ITEM 06:

De outra sorte, como se verifica da análise do objeto do certame, restam assim descritas as especificações técnicas do Item 06 no Termo de Referência, senão vejamos:

Item 06	Locação de concentradores de oxigênio, transportável , construídos conforme as normas da abnt e anvisa, capaz de concentrar oxigênio a partir do ar ambiente, com dois níveis de segurança, indicando com alarme sonoro quando teor de oxigênio estiver abaixo do limite aceitável as condições humanas. alarme sonoro (com ruído máximo aceitável de aprox. 45 dba) e visual de energia elétrica, fluxo variável de 0,5 a 5 litros/min, alimentação 200v, 60hz, montado sobre rodízios permitindo fácil movimentação dentro do domicílio. acessórios fornecidos aos usuários em oxigenioterapia domiciliar: válvulas reguladoras de pressão com fluxômetro de oxigênio para cilindros de oxigênio dotados de adaptador de saída, umidificador e óculos nasais ou cateteres nasais, além do empréstimo do cilindro backup para ser usado na falta de energia ou defeito do equipamento, nas capacidades de 6 a 10 m3. e cilindro portátil
---------	--

	para uso em deslocamentos dos pacientes em uso contínuo quando necessário e solicitado pela secretaria municipal de saúde de brusque. deverá ser fornecido 02 catéteres nasais e/ou óculos nasais mensalmente p/ cada usuário.
--	--

Daí que de logo salta aos olhos que, em que pese tratar sobre a locação de equipamento *transportável*, todas as demais especificações dizem respeito a concentradores de oxigênio estacionários que, por sua vez, podem ser *transportados* quando desconectados; entretanto, não se tratam de concentradores *portáteis* que, por sua natureza, não atendem às demais especificações.

Dessa forma, mostra-se de rigor o esclarecimento da pretensão desse Município acerca das exigências do Item 06, com a correspondente retificação de suas especificações conforme o caso concreto.

II(C) – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

No presente caso, verifica-se que a Minuta da Ata de Registro de Preços exige Administração Pública da responsabilidade pela ocorrência de “*qualquer dano*”, imputando-a integralmente à contratada, nos termos do item 12.1, alínea “p”:

p) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por **qualquer dano** causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

E, adiante, depreende-se que essa Administração atribui à contratada toda e qualquer responsabilidade responsável pelos danos porventura ocorridos, conforme item 12.2, alíneas “c”, “v” e “y”, da Minuta de Ata de Registro de Preços:

c) A detentora da ata é a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por **todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, que causar à municipalidade, ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta ata, respondendo por si e por seus sucessores;

v) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o código de defesa do consumidor (lei nº 8.078, de 1990), bem como por **todo e qualquer dano** causado à administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

y) A contratada deverá assumir **integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento**, inclusive perante terceiros;

Redações semelhantes se verificam no Termo de Referência.

No entanto, tais dispositivos não são razoáveis, tampouco proporcionais, uma vez que, ao eximir a contratante e ao prever que a contratada responderá por *todos*

e quaisquer danos, a expõe à arbitrariedade da Administração Pública sem qualquer limitação, podendo, posteriormente, se tornar um instrumento de locupletamento indevido em detrimento da contratada.

Nesse sentido, convém ressaltar que as empresas só podem ser responsabilizadas por danos que sejam decorrentes de sua culpa exclusiva ou dolo na execução do contrato, ou seja, apenas por aqueles **DIRETAMENTE** provocados, em conformidade com o expressamente previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021, abaixo transcrito:

Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

E, oportuno destacar, entende-se que o dano direto é aquele imediatamente decorrente do evento determinante, sendo certo, portanto, que a responsabilização *in casu* exige não só a culpa da parte contratada, mas também que esta seja a **causa direta e, com isso, imediata de eventual prejuízo**. Tal limitação visa tão somente evitar que a contratada seja responsabilizada por danos *indiretos*, ou seja, com os quais houve ainda a concorrência de demais agentes e/ou fatores.

Ademais, é cediço que a Administração Pública não pode se isentar de suas responsabilidades, tendo em vista o previsto no art. 37, §6º da Constituição Federal de 1988, *verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...)
§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (grifamos)

Assim sendo, com a reiterada devida vênia, **impõe-se a adequação dos itens 12.1, alínea “p” e 12.2, alíneas “c”, “v” e “y”, da Minuta de Ata de Registro de Preços**, bem como os itens correspondentes no Termo de Referência, de modo a assegurar o atendimento à legislação e à Constituição Federal, com a limitação da responsabilidade da empresa que vier a ser contratada pela Administração Pública aos danos diretos porventura ocorridos.

II(D) – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS, INUTILIZAÇÃO OU EXTRAVIO DOS EQUIPAMENTOS:

De outra sorte, depreende-se que a vencedora do certame se obriga à disponibilização de equipamentos em regime de comodato; entretanto, assim dispõe

o item 4.4.7 do Termo de Referência:

4.4.7 O Município se exime de qualquer responsabilidade de indenização dos equipamentos eventualmente danificados, inutilizados ou extraviados por motivo de furto, roubo, eventos climáticos, casos fortuitos ou imprevisíveis, bem como por defeitos de fabricação e desgaste natural por uso.

Ocorre que, na condição de Órgão Gerenciador e/ou contratante e de responsável legal pelo interesse público atendido, compete à Administração Pública responsabilizar-se, diretamente, independentemente de culpa, pelo ressarcimento à contratada em eventual dano ou desaparecimento provocado aos equipamentos fornecidos e, posteriormente, utilizar-se do direito de regresso previsto em lei para obter da pessoa que deu causa ao dano ou desaparecimento, o reembolso pelo valor pago pelo ressarcimento (art. 37, §6º, CF).

E, por evidente, não há de se admitir a isenção de responsabilidade por essa Administração, sob pena de gerar danos à empresa vencedora do certame e/ou, ainda, resultar na diluição de eventual *risco* nos valores a serem ofertados pelas licitantes de preços, o que por certo prejudicará a obtenção da proposta mais vantajosa ao erário.

Portanto, como medida de extrema segurança jurídica e equilíbrio da prestação contratual, é de rigor que esse ente público reveja a previsão acima colacionada, de modo a assentar que, em caso de eventual perda, evasão ou inutilização de equipamentos da vencedora do certame enquanto estes estiverem em posse do Órgão Gerenciador e/ou contratante e de seus pacientes, a Administração Pública deverá proceder à indenização e/ou ao ressarcimento integral pelo prejuízo sofrido, porquanto se encontra na posição de responsável por força da Constituição Federal.

Além disso, não se pode olvidar de que constitui obrigação do comodatário restituir o bem ao término da locação no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações naturais ao uso regular, conforme artigos 582 e 584 do Código Civil:

Art. 582. O comodatário é obrigado a conservar, como se sua própria fora, a coisa emprestada, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos. O comodatário constituído em mora, além de por ela responder, pagará, até restituí-la, o aluguel da coisa que for arbitrado pelo comodante.

(...)

Art. 584. O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

Com isso, deve ser alterada a redação do item 4.4.7 do Termo de Referência, com a devida previsão acerca da integral indenização e/ou ressarcimento pela Administração Pública nos casos ali previstos, seja na condição de Órgão Gerenciador e/ou contratante, seja por se tratar de comodatária dos equipamentos.

III – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

Por fim, depreende-se a necessidade de esclarecimentos, na medida em que o edital e seus anexos não são claros e precisos quanto à extensão, abrangência de detalhamento de determinadas exigências.

Nesse sentido, destaca-se a exigência de cilindros portáteis; entretanto, não consta a especificação sobre sua capacidade.

Dáí, pois, pleiteia-se sejam esclarecida qual a capacidade pretendida por esse Município em relação aos cilindros portáteis, assegurando-se – quando da resposta – a mais ampla competição entre as licitantes

IV – DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer seja recebida, conhecida e acolhida a presente impugnação, fins de que **(a)** seja ampliada a faixa de capacidade dos cilindros para “de 6 à 10m³” para o Item 03 e “de 3 à 4m³” quanto ao Item 04, bem como **(b)** seja esclarecida a pretensão desse Município acerca das exigências do Item 06, com a correspondente retificação de suas especificações conforme o caso concreto, **(c)** seja adequada a redação dos itens 12.1, alínea “p” e 12.2, alíneas “c”, “v” e “y”, da Minuta de Ata de Registro de Preços, bem como os itens correspondentes no Termo de Referência, com a limitação da responsabilidade da empresa que vier a ser contratada pela Administração Pública aos **danos diretos porventura ocorridos**, **(d)** seja alterada a redação do item 4.4.7 do Termo de Referência, com a devida previsão acerca da **integral indenização e/ou ressarcimento pela Administração Pública nos casos ali previstos**, e ainda **(e)** seja conhecido e acolhido o pedido de esclarecimentos, prestando-se as informações pleiteadas, tudo sendo consequentemente elaborado e republicado o novo instrumento convocatório, observados os prazos previstos em lei.

Pede apreciação, manifestação e deferimento.

Joinville (SC), 07 de abril de 2026.

White Martins Gases Industriais LTDA.



Gerente Nacional de Contas Públicas
Luiza Corrêa
RG: 20.813.448-6
CPF: 109.123.167-21
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
Tel.: +55 21 99194-8493